



REVISÃO DA POLÍTICA DE JUSTIÇA DE GÊNERO DA ACT ALLIANCE: JORNADA COMUNITÁRIA DE ESCUTA, APRENDIZAGEM E TRANSFORMAÇÃO

ACT ALLIANCE GENDER JUSTICE POLICY REVIEW: COMMUNITY-BASED JOURNEY
OF LISTENING, LEARNING, AND TRANSFORMATION

Rachel Tavernor*
Elaine Neuenfeldt**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A ACT Alliance acredita no fim da desigualdade e injustiça de gênero, da discriminação e violência baseadas em gênero, e no fechamento da lacuna de gênero para abordar as relações de poder desiguais para a promoção da dignidade humana para todos.

Como uma aliança que atua em resposta humanitária, nossos membros testemunham como as desigualdades de gênero são ainda mais acentuadas em tempos de emergência, conflitos e crises. Nessas situações, mulheres, jovens e pessoas LGBTQI+ constituem os grupos mais vulneráveis e estão expostos a um risco maior de violência sexual, em particular. Nos últimos anos, têm surgido evidências crescentes de violência, assédio, discriminação, exclusão, estigmatização e preconceito contra pessoas em razão de suas identidades de gênero e sexuais.

A resposta às necessidades e direitos humanitários e de desenvolvimento deve ser concebida para abordar as relações desiguais de poder e desenvolvida de forma a identificar as diferentes necessidades, capacidades e contribuições únicas de diferentes

* Dr – Diretora Global de Advocacy e Políticas da ACT Alliance. E-mail: rachel.tavernor@actalliance.org

** Rev Dr – Diretora do Programa de Justiça de Gênero da ACT Alliance. E-mail: elaine.neuenfeldt@actalliance.org



indivíduos e grupos. Ignorar esses aspectos tem sérias implicações para a sobrevivência e a proteção das pessoas e, frequentemente, cria retrocessos nos esforços de melhoria a longo prazo. Assim, todas as iniciativas, desde a assistência emergencial, recuperação e reconstrução até o desenvolvimento a longo prazo, devem utilizar e se beneficiar de ferramentas e abordagens analíticas de gênero e poder. Não podemos alcançar a justiça de gênero sem primeiro compreender o contexto em que nos encontramos.

O ITINERÁRIO DA POLÍTICA DE JUSTIÇA DE GÊNERO

Em 2019, a ACT Alliance, como parte da primeira fase do seu Programa de Justiça de Gênero, iniciou um processo de acompanhamento com os membros para a criação de políticas contextualizadas de justiça de gênero. Fortalecendo a capacidade das organizações membros de promover a justiça de gênero, institucionalizando a igualdade de gênero em suas estruturas, programas e esforços de advocacy. Baseado em princípios de aprendizagem mútua, solidariedade e relevância contextual, esse processo reuniu membros diversos de diferentes regiões para a reflexão crítica, o apoio mútuo e a ação estratégica.

A fase inicial lançou as bases para uma jornada colaborativa, fomentando um compromisso compartilhado para dismantelar as desigualdades de gênero e incorporar a justiça de gênero como um valor fundamental em toda a aliança.

Para este fim, a ACT Alliance espera que cada membro desenvolva uma política de justiça de gênero aprovada pelo conselho, que seja específica e relevante para seu contexto cultural e programático local dentro de três anos da adoção da Política de Justiça de Gênero da ACT Alliance revisada de 2025.

Os primeiros Princípios da Política de Igualdade de Gênero da ACT foram aprovados pelo Comitê Internacional de Emergência da ACT em 18 de abril de 2008. Em 6 de setembro de 2010, uma política revisada foi adotada pelo Conselho Administrativo da ACT Alliance, considerando o mandato mais amplo da Alliance. Outra revisão foi realizada em 2017 para torná-la congruente com os padrões e compromissos existentes, aos quais a ACT Alliance aderiu. A política revisada de 2025 inclui uma referência aos fundamentos teológicos, desenvolveu a natureza obrigatória da política e a alinhou com a Estrutura Geral de Qualidade e Responsabilidade da Alliance. Esta política se aplica à Secretaria da ACT, a todos os membros da ACT Alliance e às pessoas



funcionárias/voluntárias afiliadas, para melhorar a qualidade e a responsabilidade em relação aos nossos compromissos com a justiça de gênero.

A Política de Justiça de Gênero revisada tornou-se a incorporação da fé em ação — um chamado para reimaginar a justiça por meio da colaboração, da coragem e do comprometimento. Em um momento de crescente resistência aos direitos humanos, especialmente em relação a gênero e sexualidade, esta revisão da política tornou-se mais do que um documento — tornou-se um testemunho de fé em ação.

A ACT Alliance vem moldando sua estrutura de justiça de gênero há mais de 15 anos:

- 2008: Aprovados os Princípios Iniciais da Política de Igualdade de Gênero.
- 2010: A política revisada se alinha ao mandato mais amplo da ACT Alliance.
- 2017: A política foi atualizada para garantir a coerência com os padrões globais e as estruturas internas.
- 2024–2025: Uma revisão abrangente foi lançada — centrada na inclusão, na justiça baseada na fé e na responsabilidade compartilhada.

Enquanto as iterações anteriores se concentravam no alinhamento com compromissos externos e sistemas internos, a política de 2025 vai além: ela centraliza o processo — uma jornada comunitária de escuta, aprendizado e transformação.

POLÍTICA EM MOVIMENTO – UMA JORNADA DE ESCUTA

A revisão de 2024 da Política de Justiça de Gênero da ACT Alliance não foi simplesmente um exercício de edição — foi um ato coletivo de ouvir, discernir e moldar uma visão compartilhada. Baseado em ampla consulta, o processo envolveu mais de cem representantes de membros de todas as regiões da Alliance. As contribuições vieram por meio de pesquisas, diálogos e intercâmbios regionais, garantindo que vozes de diversos contextos e perspectivas fossem ouvidas.

Essa metodologia de baixo para cima, dirigida por membros, honrou as realidades e a sabedoria únicas de cada região. O processo enfatizou o acompanhamento mútuo — membros caminhando lado a lado para refletir, desafiar e cocriar um futuro justo. Bem como a apropriação coletiva de uma Política de Justiça de Gênero revisada, moldada por nossos membros.



Um grupo de trabalho composto por pessoas teólogas, defensoras de gênero e especialistas em responsabilização liderou o processo de elaboração, entrelaçando realidades vividas, expertise técnica e fundamentação teológica. Essa abordagem inclusiva e participativa enriqueceu a relevância da política, fortaleceu sua capacidade de resposta aos contextos dos membros e fomentou um profundo senso de propriedade coletiva. Um desafio reconhecido é que a justiça de gênero é percebida como responsabilidade exclusiva do ponto focal de gênero ou da pessoa gestora em qualquer organização. No entanto, a revisão da política enfatizou que a justiça de gênero na Alliance não é responsabilidade de poucos — é um compromisso compartilhado que exige responsabilidade compartilhada na implementação.

Entre as mudanças mais significativas na política revisada está a remoção da linguagem binária. Deixando de enquadrar gênero apenas em termos de "homens" e "mulheres", a política agora adota uma linguagem que reconhece e afirma a diversidade das identidades de gênero, promovendo dignidade, respeito e visibilidade para pessoas de todo o espectro de gênero. Essa mudança reflete não apenas as melhores práticas globais, mas também o compromisso teológico e de direitos humanos da Alliance com a inclusão e com a ideia de não deixar ninguém para trás.

A política também fortalece a integração de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR) e Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Gênero (OSIEG). Essas não são mais referências periféricas, mas componentes centrais da estrutura política. Ao nomeá-las explicitamente, a Alliance reafirma seu compromisso com a autonomia corporal, os direitos humanos e a dignidade de todas as pessoas. As revisões reconhecem que, embora nem todos os membros possam defender publicamente a SDSR ou os direitos LGBTQI+ — particularmente em contextos restritivos —, permanece uma expectativa básica: os membros "manter a linha" não agindo contra esses compromissos.

Outra mudança importante está na linguagem e na abordagem da mudança. A política vai além da terminologia de ser meramente "sensível à questão de gênero" e, em vez disso, compromete-se a ser "transformadora a partir de gênero". Isso sinaliza uma intenção mais profunda — não apenas reconhecer as diferenças de gênero, mas também abordar e dismantelar as causas estruturais da injustiça de gênero. Tal postura exige ações que desafiem as desigualdades sistêmicas, em vez de se contentar com adaptações incrementais ou superficiais. Este não é um exercício de seleção de itens,



mas um apelo claro de que nosso trabalho pela justiça de gênero é parte integrante de como praticamos nossa fé.

A responsabilização também está em primeiro plano na política revisada. O que antes era um alinhamento voluntário agora é enquadrado como implementação obrigatória, diretamente vinculada ao Quadro de Qualidade e Responsabilização da ACT. Isso garante que a política não seja uma retórica aspiracional, mas um padrão vinculativo para todos os membros. Ao incorporar a conformidade aos compromissos operacionais e éticos da Alliance, a política fortalece os padrões compartilhados que a mantêm unida como um movimento por justiça. O processo confirmou uma verdade central: a justiça de gênero só pode ser promovida por meio da solidariedade, não da prescrição. O contexto importa. Mas a cumplicidade também importa. A política começou a refletir esse equilíbrio — reconhecendo nuances e, ao mesmo tempo, mantendo uma linha ética clara.

Em conjunto, essas revisões marcam uma mudança ousada e progressiva na jornada da ACT Alliance rumo à justiça, à equidade e à inclusão. Elas levam a Alliance da conscientização à ação, da sensibilidade à transformação estrutural. A política agora reflete um compromisso vivo — moldado pelas vozes de seus membros, fundamentado na dignidade humana e determinado a enfrentar as realidades complexas de uma comunidade global diversa com coragem e clareza.

A TEOLOGIA SE ENCONTRA COM A JUSTIÇA

Um aspecto fundamental da revisão de 2024 da Política de Justiça de Gênero da ACT Alliance foi sua fundamentação teológica. A fé sempre moldou a forma como os membros da ACT se envolvem com a justiça — mas a história também testemunha as maneiras como a fé tem sido mal utilizada para justificar a desigualdade e a exclusão. O processo de revisão criou espaço para confrontar essa realidade, ouvir diversas vozes teológicas e reformular a justiça de gênero não como um afastamento da fé, mas como uma expressão fiel dela.

Em estreita colaboração com o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e a Federação Luterana Mundial (FLM), pessoas consultoras de gênero e teologia, a base da política foi revisitada e reimaginada. Em vez de tratar as Escrituras como uma nota de rodapé simbólica, a revisão as inseriu no cerne da estrutura, inspirando-se profundamente em



Gálatas 3:28 — “não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher” — e na vida e ministério de Jesus. Estes não foram referenciados como ideais abstratos, mas como apelos radicais à inclusão, igualdade e libertação.

Construir a partir da experiência ousada e profética de Jesus, que rompeu com o patriarcado, proporcionou um terreno comum para a reivindicação de uma tradição. Essa ruptura não foi meramente uma postura social, mas espiritual — enraizada na convicção de que cada pessoa é criada à imagem de Deus e tem direito à plena dignidade, segurança e participação.

A política revisada reconhece abertamente que textos sagrados têm sido frequentemente instrumentalizados para legitimar a violência de gênero, a exclusão e a subordinação de mulheres e pessoas de gênero diverso. Em resposta, apela a interpretações teológicas libertadoras — leituras que afirmem a vida, defendam a dignidade e fortaleçam o valor igual de todos. Este compromisso não é apenas um exercício teológico, mas também pastoral. Reconhece que, para muitas comunidades dentro da Alliance, a fé é a lente através da qual a justiça é compreendida e vivida. Assim, a política afirma que a justiça de gênero não é uma ameaça à fé; é uma resposta fiel ao chamado de Deus por justiça.

Essa reorientação teológica também se baseia na tradição da diaconia transformadora — ação social baseada na fé que vai além da caridade ou do auxílio de curto prazo para abordar as causas estruturais da injustiça. Nessa visão, a defesa da justiça de gênero não é opcional ou periférica; é uma expressão central do discipulado e do serviço. A política desafia atores baseados na fé a modelar o que chama de "práxis libertadora e inclusiva", onde crença e ação se alinham para dismantelar sistemas patriarcais e promover relações equitativas.

“Usando a linguagem da fé, a ACT Alliance incentiva membros e parceiros a se envolverem em oração com as escrituras e a tradição, capacitando seus membros para a transformação institucional. As políticas de justiça de gênero dos membros e parceiros da ACT Alliance devem ser firmemente fundamentadas na teologia e fáceis de serem traduzidas em estratégias programáticas: praticar o que pregamos e agir de acordo com o que pregamos, para garantir que todas as pessoas estejam seguras e se sintam protegidas, especialmente aquelas consideradas mais vulneráveis. Esta é a vontade e a visão de Deus.” (Rev. Siera Bird – Consultora de Gênero na Uniting World, Austrália. Membro do Grupo de Referência de Gênero).

É importante ressaltar que a política não se esquivava da tensão entre tradição e transformação. Convida os membros a se engajarem em uma reflexão teológica



corajosa, indo além das interpretações que reforçam o patriarcado em direção àquelas que incorporam o espírito libertador do Evangelho. Não se trata de abandonar a herança, mas de resgatar sua essência portadora de justiça.

Em última análise, a dimensão teológica da política revisada não é um apêndice — é a pulsação do todo. Ela nomeia os danos causados pela distorção das escrituras, honra o testemunho libertador de Jesus e convoca a Alliance para uma fé que atue.

Ao ancorar a justiça de gênero tanto na convicção espiritual como nos direitos humanos, a política revista oferece uma visão unificadora e profética: a de que a procura da equidade e da inclusão não é apenas socialmente necessária, mas também espiritualmente inegociável.

INTERSECCIONALIDADE: NOMEANDO O INVISÍVEL

A política atualizada coloca a interseccionalidade em seu cerne, afirmando que a justiça de gênero não pode ser separada das realidades de idade, deficiência, classe, raça, fé ou sexualidade. Referências obsoletas foram removidas e definições inclusivas foram fortalecidas, garantindo que as vozes daquelas pessoas historicamente marginalizadas — indivíduos LGBTQ+ — sejam reconhecidas e amplificadas.

Em todo o mundo, direitos e proteções enfrentaram resistência renovada. Para muitos, as intersecções de identidade intensificaram a vulnerabilidade: uma jovem com deficiência navegando em conflitos, uma defensora LGBTQ+ enfrentando ameaças legais, uma líder inter-religiosa construindo solidariedade em meio a divisões.

Suas palavras influenciaram mais do que a linguagem da política. Elas informaram suas ferramentas, aprimoraram seus princípios e reinventaram sua estrutura. A interseccionalidade, aqui, não é um conceito abstrato, mas uma realidade vivida, entrelaçada em cada seção da política, garantindo que ninguém fique invisível e que nenhuma luta permaneça isolada.

UM DOCUMENTO VIVO, UMA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

A justiça de gênero não é um destino final — é uma jornada que percorremos juntos. A Política de Justiça de Gênero da ACT Alliance não é, portanto, uma declaração estática de princípios, mas um documento vivo: um compromisso compartilhado que



evolui com as realidades em transformação, mantendo-se ancorado em seu propósito central de promover a justiça, a dignidade e a igualdade para todas as pessoas.

A revisão de 2025 reafirma a identidade da ACT como uma agente transformadora da fé — uma que não tem medo de denunciar e dismantelar o patriarcado e está determinada a construir sistemas inclusivos onde todas as pessoas possam prosperar. Esta não é uma política a ser arquivada ou tratada como um exercício de conformidade. É uma bússola — que guia a ação coletiva, molda decisões e inspira coragem diante da resistência. No entanto, também é importante que a Política de Justiça de Gênero faça parte de nossos procedimentos de conformidade, para garantir a responsabilização e que todos estejamos caminhando em direção à justiça de gênero — mesmo que em contextos, ritmos e práticas diferentes.

Para dar vida a esta bússola, a política atualizada introduz uma estrutura sólida e prática para implementação, aprendizagem e responsabilização. Entre os seus principais compromissos:

- **Políticas obrigatórias de Justiça de Gênero** para todos os membros do ACT.
- **Relatórios anuais de progresso** ao Conselho Administrativo da ACT, garantindo transparência e responsabilidade compartilhada.
- **Desenvolvimento de planos de ação contextualizados** por cada membro, adaptados às suas realidades específicas, mantendo princípios compartilhados.
- **Ferramentas digitais aprimoradas de aprendizagem e engajamento** — incluindo módulos interativos de aprendizagem/ensino eletrônico, kits de ferramentas, e recursos — para treinamento acessível e contínuo.
- **Um processo de desenvolvimento e compartilhamento entre os membros de uma variedade de ferramentas, como: auditorias de gênero, orçamentos com perspectiva de gênero e integração** da justiça de gênero em todos os níveis da programação.
- **Espaços de aprendizagem entre pares e mentoria regional**, permitindo que os membros aprendam com os sucessos e desafios uns dos outros.
- **Diálogos em espaços seguros** para membros que operam em ambientes politicamente ou socialmente sensíveis, garantindo que possam se envolver de forma significativa sem comprometer a segurança.



Esta é uma estrutura projetada para ser operacional e adaptável. Ela reconhece que os membros da ACT Alliance trabalham em contextos altamente diversos — desde países onde a defesa da justiça de gênero é acolhida até aqueles onde ela é restrita ou contestada. Embora os membros em espaços mais restritos não sejam solicitados a violar as leis nacionais ou correr o risco de danos indevidos, espera-se que se abstenham de ações que violem os princípios fundamentais da justiça de gênero.

A verdadeira força da política não reside no texto em si, mas em como ela é vivida por cada membro, cada programa, cada pessoa líder religiosa e cada pessoa defensora. Sua eficácia depende da apropriação coletiva: a compreensão de que a justiça de gênero não é obra de algumas pessoas especialistas, mas uma responsabilidade compartilhada, presente em todos os aspectos do trabalho humanitário, de desenvolvimento e de incidência.

“Na maioria das vezes, quando ouvimos a palavra ‘política’, pensamos em regras, controle, talvez até mesmo medidas corretivas. Mas, vejamos uma política de uma maneira diferente: ela se refere ao cuidado — uma maneira de uma organização caminhar ao lado das pessoas com quem trabalha, ajudando-as a viver o que acreditam. Uma guia, uma companheira, mostrando-nos como praticar a justiça na forma como nos relacionamos.” (Pilar Cancelo – Diretora da SEDI, Argentina e copresidente da Comunidade de Práticas de Justiça de Gênero da América Latina e Caribe).

O próximo passo é a **cocriação do Roteiro de Implementação** — um processo guiado pelos princípios de acompanhamento, contextualização e intercâmbio entre pares. Este roteiro definirá cronogramas claros, oportunidades de treinamento e processos de monitoramento, garantindo que os compromissos assumidos no papel sejam traduzidos em ações nas comunidades em todo o mundo.

Com relatórios de progresso, iniciativas de capacitação e engajamento comunitário em seu cerne, a política se torna o que sempre foi concebida para ser: uma ferramenta viva para a transformação. Juntos e juntas, garantimos que ela continue a respirar, se adaptar e inspirar, aproximando-nos de um mundo onde justiça, dignidade e inclusão sejam realidades cotidianas — e não ideais distantes.

DESAFIOS NO HORIZONTE – CAMINHANDO COM A COMPLEXIDADE

A jornada para a revisão da Política de Justiça de Gênero foi marcada por um forte consenso sobre o propósito, mas também por momentos de tensão. O processo trouxe à tona divergências teológicas sobre a inclusão LGBTQI+, resistência política e



cultural à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos (SDSR) e desafios operacionais em contextos frágeis ou repressivos. Alguns membros expressaram preocupações sobre a alienação de pessoas ou entidades apoiadoras; outros se preocuparam com a lentidão da mudança.

Em vez de ignorar essas diferenças, a ACT Alliance optou por abrir espaço para elas. Por meio de conversas, diálogos facilitados e trocas honestas, os membros foram encorajados a trazer suas dúvidas, medos e convicções à mesa. Essa abordagem não eliminou as divergências, mas aprofundou a confiança e fomentou um compromisso compartilhado de trilhar juntos o caminho da justiça.

A revisão da política reafirmou que a transformação raramente é simples. A verdadeira mudança exige navegar pela complexidade, aceitar nuances e permanecer engajado mesmo quando as conversas são difíceis. A cada quatro anos, a Política de Justiça de Gênero será revisada — não para reescrever seu propósito, mas para se adaptar às realidades em constante mudança, mantendo-se ancorada na visão central da Alliance de justiça, dignidade e igualdade para todas as pessoas.

O próximo capítulo será escrito não apenas em linguagem política, mas também em experiências vividas. Histórias e testemunhos serão reunidos de toda a Alliance — narrativas que revelam as diversas maneiras pelas quais a injustiça opera e a resiliência que as comunidades trazem em resposta. Essas vozes manterão a política viva, garantindo que ela não seja apenas uma caixa de seleção, mas uma bússola que guia a transformação em todos os contextos em que a ACT Alliance atua.

REFERÊNCIAS

Você pode encontrar a Política de Justiça de Gênero da ACT aqui:

ACT ALLIANCE. *Política de Justiça de Gênero*. Disponível em: <https://actalliance.org/documents/act-gender-justice-policy/>. Acesso em: 30 set. 2025.

Você também pode ler algumas das histórias de transformação de toda a Alliance em nossa publicação 'Histórias de Mudança', incluindo sobre revisões de políticas de gênero:

ACT ALLIANCE. *Stories of Change*. Disponível em: actalliance.org/wp-content/uploads/2025/03/StoriesOfChange_English-1.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

Recebido em: 30 out. 2025.

Aceito em: 30 out. 2025.